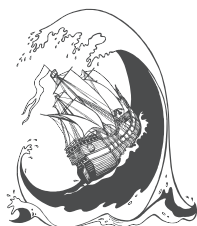


TEMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO



CONTRACORRENTE

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA
RUY CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA SOBRINHO
(*Coordenadores*)

TEMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

São Paulo

2017



CONIRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000
www.editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Conselho Editorial

Alysson Leandro Mascaro
(Universidade de São Paulo – SP)
Augusto Neves Dal Pozzo
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Daniel Wunder Hachem
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)
Emerson Gabardo
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)
Gilberto Bercovici
(Universidade de São Paulo – USP)
Heleno Taveira Torres
(Universidade de São Paulo – USP)
Jaime Rodríguez-Arana Muñoz
(Universidade de La Coruña – Espanha)
Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)
Pedro Serrano
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Silvio Luís Ferreira da Rocha
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Equipe editorial

Carolina Ressurreição (revisão)
Denise Dearo (design gráfico)
Mariela Santos Valim (capa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Ficha Catalográfica elaborada pela Editora Contracorrente)

S719 SOUZA, Luciano Anderson de; TUCUNDUVA SOBRINHO, Ruy Cardozo de Mello et al.
Temas de Processo Administrativo | Luciano Anderson de Souza; Ruy Cardozo de
Mello Tucunduva Sobrinho (coordenadores) – São Paulo: Editora Contracorrente,
2017.

ISBN: 978-85-69220-32-9

Inclui bibliografia

1. Processo Administrativo. 2. Direito Administrativo. 3. Devido processo legal.
4. Direitos fundamentais. I. Título.

CDU: 341.362

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	7
PREFÁCIO – Desembargador Hamilton Elliot Akel	11
APRESENTAÇÃO.....	13
A (IN)COMPETÊNCIA DO CNJ EM FACE DA QUESTÃO JUDICIALIZADA	
DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA; IVAN CANDIDO DA SILVA DE FRANCO	15
DO PROCESSO NA OAB	
FABIO GUEDES GARCIA DA SILVEIRA	43
O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONCURSO PÚBLICO. ANÁLISE JURÍDICA DOS MÉTODOS DE SELEÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO BRASIL	
FÁBIO LINS DE LESSA CARVALHO	75
A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE MAGISTRADO: EM BUSCA DE UM NOVO PROCEDIMENTO	
RUY CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA SOBRINHO; HANS ROBERT DALBELLO BRAGA.....	119
RESQUÍCIOS MEDIEVAIS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
IRENE PATRÍCIA NOHARA.....	133

LUCIANO A. DE SOUZA; RUY C. M. TUCUNDUVA SOBRINHO (COORDS.)

**AS NULIDADES E O PROCESSO ADMINISTRATIVO:
ALGUMAS BREVES CONSIDERAÇÕES**

JORGE COUTINHO PASCHOAL 153

**OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NA LEI N. 12.529/12
(LEI DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA): QUAL A LEI
APLICÁVEL?**

LEOPOLDO PAGOTTO; RAPHAELA SATIE NAWA VELLOSO 191

FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA 213

**BREVES NOTAS A RESPEITO DO CONSELHO DE
JUSTIFICAÇÃO NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS**

NELSON LACAVA FILHO 239

**INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR POR SIGILO PROFISSIONAL: O CASO DO
ADVOGADO**

REGINA CIRINO ALVES FERREIRA DE SOUZA 265

**REFLEXÃO CONSTITUCIONAL SOBRE A VINCULAÇÃO
DO CARF ÀS DECISÕES DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS
SUPERIORES EM SEDE DE RECURSOS REPRESENTATIVOS
DE CONTROVÉRSIAS**

RENAN CIRINO ALVES FERREIRA 281

**ACORDOS DE LENIÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO
BRASILEIRO: MODALIDADES, REGIME JURÍDICO E
PROBLEMAS EMERGENTES**

THIAGO MARRARA 305

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E O SISTEMA
ACUSATÓRIO**

TIAGO CINTRA ESSADO 331

**O CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA
NA LEI ANTICORRUPÇÃO**

VICENTE GRECO FILHO; JOÃO DANIEL RASSI 353

SOBRE OS AUTORES

DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Doutorando pela PUC/SP, com bolsa do Projeto “CNJ Acadêmico”. Pesquisador do Núcleo de Metodologia de Ensino da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV-DIREITO/SP.

FABIO GUEDES GARCIA DA SILVEIRA

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. Professor da Faculdade de Direito da UniFMU. Conselheiro Seccional da OAB/SP. Corregedor-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP. Advogado.

FÁBIO LINS DE LESSA CARVALHO

Doutor em Direito Administrativo pela *Universidad de Salamanca* (Espanha). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e do Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC. Procurador do Estado de Alagoas. Advogado.

HANS ROBERT DALBELLO BRAGA

Professor de Direito Penal e Processo Penal da Universidade Nove de Julho – Uninove. Mestre em Direito pela Uninove. Advogado.

LUCIANO A. DE SOUZA; RUY C. M. TUCUNDUVA SOBRINHO (COORDS.)

IRENE PATRÍCIA NOHARA

Livre-Docente em Direito Administrativo. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Professora-Pesquisadora do Programa de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada.

IVAN CANDIDO DA SILVA DE FRANCO

Mestrando em Direito e Desenvolvimento na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV-DIREITO/SP. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

JOÃO DANIEL RASSI

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Doutorando em Direito Processual Penal pela USP. Advogado.

JORGE COUTINHO PASCHOAL

Mestre em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Advogado.

LEOPOLDO PAGOTTO

Doutor e Mestre em Direito Econômico-Financeiro pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP e *MSc in Regulation* pela *London School of Economics and Political Science*. Membro da Comissão Geral de Ética do Estado de São Paulo e do Tribunal de Ética Deontológico – TED I da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP.

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA

Professor Doutor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Doutor e Mestre em Direito Penal pela USP. Especialista em Direito Penal pela *Universidad de Salamanca* (Espanha). Advogado.

TEMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

NELSON LACAVA FILHO

Mestre e Doutorando em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Promotor de Justiça Militar.

RAPHAELA SATIE NAWA VELLOSO

Acadêmica de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

REGINA CIRINO ALVES FERREIRA DE SOUZA

Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Especialista em Direito Penal pela Universidade de Coimbra. Especialista em Direito Penal pela *Universidad de Salamanca* (Espanha). Advogada.

RENAN CIRINO ALVES FERREIRA

Cursando *Master in Corporate Finance, Controllership and Economics* pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EESP/FGV. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Advogado.

RUY CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA SOBRINHO

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP. Professor de Direito Constitucional da Universidade Nove de Julho – Uninove. Advogado.

THIAGO MARRARA

Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – FDRP. Livre-docente. Doutor pela Universidade de Munique – LMU. Advogado consultor.

LUCIANO A. DE SOUZA; RUY C. M. TUCUNDUVA SOBRINHO (COORDS.)

TIAGO CINTRA ESSADO

Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Franca. Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Promotor de Justiça/SP.

VICENTE GRECO FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Advogado.

PREFÁCIO

Honraram-me, os jovens e brilhantes advogados e professores universitários Ruy Cardoso de Mello Tucunduva e Luciano Anderson de Souza com o convite para prefaciar esta obra “Temas de Processo Administrativo”, por eles coordenada.

Desincumbo-me da tarefa com satisfação.

O livro, que é composto por quatorze capítulos, cada um deles versando tema relacionado ao processo administrativo, revela enorme utilidade, ainda mais na época em que vivemos, quando o Estado intervém de maneira cada vez mais decisiva na órbita de relações que até alguns anos atrás eram havidas como nitidamente privadas, tornando o processo administrativo cada vez mais presente no cotidiano dos operadores do Direito.

Questiona-se, na obra, a intervenção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ora completa dez anos de existência, em questões judicializadas, sendo importante para todos aqueles que de alguma forma atuam na jurisdição, junto a ela ou diante dela, a reflexão profunda a respeito dos limites de atuação daquele órgão.

Àqueles que militam na advocacia, em especial, será muito útil a leitura do título concernente ao processo disciplinar na Ordem dos Advogados do Brasil, e do modo como isso pode interferir no exercício de seu *munus*. Da mesma forma, daquele referente ao sigilo profissional do advogado e ao processo administrativo disciplinar que o garante.

O concurso público, tratado como processo administrativo que garante a consideração do mérito como forma adequada de acesso ao serviço estatal constitui tema que, nos dias de hoje, em especial diante dos últimos escândalos políticos, adquiriu especial importância.

Instigante será, em especial para aqueles que, como o redator destas linhas, exercem função correcional, a reflexão acerca da instrução probatória no processo administrativo disciplinar de magistrado. Eventual aplicação de pena disciplinar, ao magistrado como a qualquer servidor público, deve ser resultado de um processo justo, pleno, isento de vícios ou falhas e, além disso, o mais rápido possível, porque a justiça tardia é arremedo de Justiça, mas tão deletéria quanto ela é a injustiça rápida.

O CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), criado em 2008 e instalado em 2009 com a missão de “assegurar à sociedade imparcialidade e celeridade na solução dos litígios tributários” está vinculado às decisões judiciais dos tribunais superiores? Essa a indagação, posta em um dos capítulos, apresentada do ponto de vista constitucional.

Temas como as nulidades do processo administrativo e a falsidade da prova testemunhal ou pericial acabam revelando uma interface entre o Direito Administrativo, o Direito Constitucional, o Direito Penal e o Direito Processual, merecendo especial atenção nesse período de entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil.

Não foram deixados de lado, na obra, por fim, os temas referentes ao processo administrativo destinado a julgar a incapacidade do oficial das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares para permanecer na ativa em decorrência do cometimento de uma falta disciplinar grave ou de um outro ato previsto nas leis ou nos regulamentos, nem aos procedimentos do CADE e da Lei Anticorrupção.

Todos os autores que participaram da obra são juristas de escol, pesquisadores e professores de renome, o que garante a profundidade e utilidade da obra, pelo que lhes auguro sucesso editorial.

Hamilton Elliot Akel

*Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Corregedor Geral da Justiça no biênio 2014/2015*